

O PAPEL DA SAÚDE COLETIVA NA PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE: ANALISANDO POLÍTICAS E PRÁTICAS

THE ROLE OF PUBLIC HEALTH IN PREVENTION AND HEALTH PROMOTION: ANALYZING POLICIES AND PRACTICES

Eixo Temático: Prevenção, Promoção e Educação em Saúde: O Papel da Família no Cuidado

Thais Garcia Raymond Franco

Enfermeira Esp. em Saúde da Família pela UFCSPA, Esp. em UTI pela Universidade Cândido Mendes e Esp. em Oncologia Pediátrica pela UFPA
Mestrando em Ciências de Saúde pela Unoeste
thaisraymond@gmail.com

Crisna Tachia Campos Soares

Enfermeira e Mestranda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará, Santarém/Pará
crisna.soares@aluno.uepa.br

Dayanne de Hollanda Oliveira Coutinho

Biomédica pelo Centro Universitário Unifacid Wyden
dayannehollanda@outlook.com

Helton Zheus Azevedo Mota

Graduando em Medicina pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
heltonmota87@gmail.com

Fernando da Silva Oliveira

Enfermeiro e Fisioterapeuta, Mestrando em Saúde e Tecnologia pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA
ft.fernandooliveira@gmail.com

Bárbara Suelen Catani

Graduanda em Medicina pela Universidade Brasil
bscatani@gmail.com

Sabrina Braga Castro da Silva

Graduanda em Biomedicina pelo Centro Universitário da Amazônia – UNAMA
sabrinarbragacastro@gmail.com

Angélica Aparecida de Rezende

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade cidade João Pinheiro
angelikajp@yahoo.com.br

Beatriz Stefanny Araújo Costa

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Maurício de Nassau
beatrizstefannyenfer@gmail.com

Aline Ragnini Benevides Correia

Médica Infectologista pela UFRN
alineinfectologia@gmail.com

RESUMO

Introdução: A promoção da saúde e a intersetorialidade nas políticas públicas emergem como estratégias essenciais para garantir equidade e acesso à saúde para a população. A compreensão do papel da intersetorialidade na formulação e implementação de políticas eficazes é fundamental para superar desafios estruturais e promover ações integradas que contemplem os determinantes sociais da saúde. A intersetorialidade consiste na articulação entre diferentes setores para a promoção da saúde, visando a implementação de ações coordenadas e sustentáveis. **Objetivo:** Investigar como a intersetorialidade pode ser aplicada na formulação de políticas públicas para a promoção da saúde, analisando seus impactos na equidade em saúde e na efetividade das estratégias adotadas. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa baseada na análise de artigos científicos, documentos institucionais e literatura acadêmica publicados nos últimos dez anos. A busca foi realizada em bases de dados reconhecidas, utilizando descritores booleanos para garantir a abrangência e relevância das fontes selecionadas. Foram estabelecidos critérios rigorosos de inclusão e exclusão, permitindo a identificação de dez estudos primordiais para a análise. **Resultados e Discussão:** A literatura aponta que a fragmentação dos serviços de saúde e a falta de coordenação entre setores dificultam a implementação da intersetorialidade. No entanto, os estudos analisados indicam que ações intersetoriais bem planejadas promovem a equidade e aumentam o impacto das políticas públicas na saúde coletiva. Além disso, observa-se que a capacitação profissional e a articulação contínua entre os setores são fatores determinantes para a sustentabilidade dessas iniciativas. **Considerações Finais:** A intersetorialidade é um elemento essencial para políticas públicas eficazes, mas sua implementação exige planejamento estratégico, envolvimento dos diferentes setores e investimentos contínuos. A promoção da saúde deve ser vista como um esforço coletivo, demandando abordagens inovadoras e a construção de redes colaborativas que garantam sua efetividade a longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Promoção da Saúde; Políticas Públicas; Intersetorialidade; Equidade em Saúde; Saúde Coletiva.

ABSTRACT

Introduction: Health promotion and intersectorality in public policies emerge as essential strategies to ensure equity and access to healthcare for the population. Understanding the role of intersectorality in policy formulation and implementation is crucial to overcoming structural challenges and fostering integrated actions that address the social determinants of health. Intersectorality involves the articulation between different sectors to promote health, aiming for the implementation of coordinated and sustainable actions. **Objective:** To investigate how intersectorality can be applied in public policy formulation for health promotion, analyzing its impacts on health equity and the effectiveness of adopted strategies. **Methodology:** This is a narrative literature review based on the analysis of scientific articles, institutional documents, and academic literature published in the last ten years. The search was conducted in recognized databases using Boolean descriptors to ensure the comprehensiveness and relevance of the selected sources. Strict inclusion and exclusion criteria were established, allowing the identification of ten key studies for analysis. **Results and Discussion:** The literature indicates that the fragmentation of health services and the lack of coordination among sectors hinder the implementation of intersectorality. However, the analyzed studies suggest that well-planned

intersectoral actions promote equity and increase the impact of public policies on collective health. Furthermore, it is observed that professional training and continuous sectoral articulation are determining factors for the sustainability of these initiatives. **Final Considerations:** Intersectorality is an essential element for effective public policies, but its implementation requires strategic planning, involvement of different sectors, and continuous investments. Health promotion should be seen as a collective effort, demanding innovative approaches and the construction of collaborative networks to ensure its long-term effectiveness.

KEYWORDS: Health Promotion; Public Policies; Intersectorality; Health Equity; Collective Health.

1. INTRODUÇÃO

A promoção da saúde e a prevenção de doenças são pilares fundamentais para a construção de sistemas de saúde mais equitativos e eficientes. A saúde coletiva, nesse contexto, emerge como um campo de estudo e prática que visa compreender e intervir nos determinantes sociais da saúde, articulando diferentes setores e disciplinas para enfrentar as desigualdades existentes (Starfield, 2011). A intersectorialidade e a integração entre políticas públicas são estratégias amplamente debatidas, especialmente diante dos desafios contemporâneos relacionados ao acesso e à equidade nos serviços de saúde, que envolvem não apenas a oferta de atendimentos clínicos, mas também a promoção de melhores condições de vida e a redução das vulnerabilidades sociais (Mendes, 2018).

A justificativa para este estudo fundamenta-se na necessidade de compreender como as políticas públicas podem ser aprimoradas a partir da abordagem intersectorial e de estratégias que priorizem a promoção da saúde. A literatura aponta que a fragmentação dos serviços e a falta de coordenação entre setores dificultam a implementação de medidas eficazes para melhorar as condições de vida das populações mais vulneráveis, uma vez que ações isoladas, sem articulação entre diferentes esferas governamentais e sociais, resultam em iniciativas pontuais e de impacto limitado (Tavares; De Jesus Filho; De Santana, 2020). O cenário de desigualdade no acesso aos serviços de saúde, agravado por determinantes sociais como nível educacional, renda e condições ambientais, reforça a necessidade de políticas mais integradas, que garantam não apenas assistência médica, mas também ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, considerando a multidimensionalidade das necessidades da população (Almeida, 2022).

Este estudo tem como objetivo analisar a intersectorialidade e sua aplicação na promoção da saúde, destacando políticas públicas e estratégias que viabilizem uma abordagem mais

integrada e eficaz. Para tanto, a pesquisa adota uma revisão bibliográfica narrativa, visando sistematizar o conhecimento disponível sobre o tema e oferecer reflexões que possam contribuir para o desenvolvimento de ações mais efetivas no campo da saúde coletiva. Além disso, pretende-se demonstrar a importância de articulações entre os setores da saúde, educação, assistência social e urbanismo na formulação e implementação de políticas públicas mais abrangentes, considerando a interdependência dos fatores sociais que impactam diretamente o bem-estar populacional.

2. METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, cujo objetivo é analisar criticamente a literatura disponível sobre a promoção da saúde e a intersetorialidade no contexto das políticas públicas. A revisão narrativa permite uma abordagem ampla e aprofundada do tema, proporcionando uma visão integrada dos principais conceitos e discussões acadêmicas.

Para a construção do referencial teórico, foram consultadas bases de dados científicas reconhecidas, incluindo SciELO, PubMed, LILACS e Google Acadêmico, a fim de identificar artigos, livros e documentos institucionais pertinentes ao escopo da pesquisa. Foram utilizados descritores booleanos para ampliar e refinar a busca, empregando combinações como "promoção da saúde" AND "intersetorialidade" OR "políticas públicas de saúde". O intercruzamento dos termos possibilitou uma seleção mais precisa dos estudos relevantes para a análise.

Os critérios de inclusão envolveram publicações em português, inglês e espanhol, com recorte temporal dos últimos dez anos, garantindo a atualidade das informações analisadas. Foram excluídos trabalhos duplicados, artigos de opinião sem embasamento teórico e estudos cuja abordagem metodológica não estivesse alinhada aos objetivos deste estudo. A aplicação desses critérios resultou na seleção de dez estudos, que foram analisados de forma detalhada.

A coleta de dados foi realizada por meio da leitura crítica dos materiais selecionados, considerando aspectos como relevância do conteúdo, coerência metodológica e contribuições para o campo da saúde coletiva. Para a análise das informações obtidas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, permitindo a categorização dos temas e a síntese das principais evidências encontradas na literatura.

Como se trata de uma revisão bibliográfica, este estudo não envolveu diretamente seres humanos ou animais, não sendo necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

No entanto, buscou-se garantir a ética na pesquisa por meio da citação correta dos autores consultados e do respeito às normas de integridade acadêmica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A saúde coletiva, enquanto campo de estudo e prática, transcende a esfera biomédica para inserir-se no cerne das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que estruturam a vida em sociedade – reconhecendo que a promoção da saúde e a prevenção de doenças não podem ser dissociadas dos determinantes sociais que moldam os processos saúde-doença. As políticas públicas voltadas para a atividade física, por exemplo, refletem essa compreensão ao tensionarem a relação entre corpo, espaço urbano e desigualdade social, considerando que o acesso a práticas corporais não se limita a escolhas individuais, mas é mediado por condições materiais e estruturais que, muitas vezes, impõem barreiras à adesão e à manutenção de hábitos saudáveis (Coelho; Verdi, 2015).

A atuação dos profissionais da atenção primária, nesse contexto, configura-se como elemento central na efetivação das estratégias de promoção da saúde, uma vez que sua inserção territorial os coloca em posição privilegiada para identificar e intervir sobre os fatores que condicionam o bem-estar das populações. Entretanto, a efetividade dessas ações demanda uma abordagem que vá além da dimensão técnico-assistencial, exigindo que os trabalhadores da saúde compreendam as interseções entre condições socioeconômicas, culturais e ambientais que influenciam a saúde coletiva – o que implica a necessidade de um olhar ampliado, capaz de articular saberes interdisciplinares e de incorporar os princípios da determinação social da saúde às práticas cotidianas (Schmitz; Heinemann; Durand, 2018).

Nesse cenário, as políticas públicas voltadas para a prevenção de doenças, como as estratégias de combate ao HIV/AIDS, demonstram a importância da consideração dos aspectos socioculturais na formulação e implementação de ações voltadas à saúde coletiva. A abordagem meramente biomédica, centrada na transmissão do vírus e na adesão ao tratamento, revela-se insuficiente diante da complexidade dos fatores que determinam a vulnerabilidade à infecção, exigindo a incorporação de estratégias que contemplem questões como estigma, discriminação e desigualdade no acesso aos serviços de saúde. Assim, a efetividade das políticas de prevenção só pode ser alcançada mediante a articulação entre diferentes setores e a consideração das especificidades culturais e sociais das populações mais afetadas (Sampaio; Araújo, 2015).

A intersetorialidade, portanto, emerge como princípio fundamental para a promoção

da saúde, uma vez que os desafios enfrentados pela saúde coletiva não podem ser resolvidos exclusivamente no âmbito dos serviços de saúde. A articulação entre saúde e educação, por exemplo, tem se mostrado essencial para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a construção de um modelo de atenção que contemple os múltiplos determinantes do processo saúde-doença. Nesse sentido, programas voltados para a educação em saúde não devem ser concebidos apenas como instrumentos de transmissão de conhecimento, mas como dispositivos capazes de fomentar a autonomia dos indivíduos e fortalecer o protagonismo das comunidades na definição de suas próprias necessidades e prioridades (Cavalcanti; Lucena, 2016).

A complexidade dos desafios impostos à saúde pública evidencia a necessidade de políticas que promovam a integração entre diferentes setores e que considerem os determinantes sociais da saúde como elementos estruturantes das estratégias de prevenção e promoção da saúde. A educação em saúde, nesse contexto, adquire relevância não apenas como ferramenta pedagógica, mas como instrumento de transformação social, permitindo a construção de práticas que sejam, ao mesmo tempo, tecnicamente embasadas e socialmente referenciadas. Ao reconhecer que a saúde não pode ser dissociada das condições de vida da população, abre-se caminho para a implementação de políticas que rompam com a lógica fragmentada da assistência e que promovam uma abordagem integral e intersetorial das questões sanitárias (Alvarenga; Aranha; Garcia, 2019).

A atenção à saúde mental no contexto escolar exemplifica essa necessidade de abordagem integrada, considerando que os transtornos mentais na infância e adolescência frequentemente estão relacionados a fatores sociais, econômicos e culturais que ultrapassam a esfera individual. Iniciativas voltadas para a promoção da saúde mental infantojuvenil devem, portanto, envolver não apenas profissionais da saúde, mas também educadores, assistentes sociais e outros atores que possam contribuir para a criação de ambientes que favoreçam o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. A intersetorialidade, nesse caso, não se apresenta como mera recomendação, mas como requisito indispensável para a efetividade das ações em saúde mental (Cid; Gasparini, 2015).

Outro aspecto que merece atenção refere-se às políticas de promoção da saúde voltadas para o controle de doenças crônicas, como o diabetes, cuja incidência tem aumentado de forma expressiva nas últimas décadas. A adoção de estratégias baseadas na atividade física e na alimentação saudável, embora fundamentais, deve ser acompanhada de ações que enfrentem os fatores estruturais que dificultam a adesão a hábitos saudáveis, como o acesso limitado a

espaços públicos para a prática de exercícios físicos e a disponibilidade desigual de alimentos in natura em diferentes territórios. Dessa forma, a promoção da saúde deve ser compreendida como um processo que exige a superação das desigualdades sociais e a implementação de políticas que garantam condições materiais adequadas para a adoção de comportamentos saudáveis (Grzelczak *et al.*, 2017).

Diante desse panorama, a promoção e prevenção em saúde não podem ser reduzidas a iniciativas pontuais ou a ações isoladas, mas devem ser concebidas como processos contínuos que exigem o fortalecimento da articulação entre diferentes setores e a construção de estratégias que considerem a complexidade dos determinantes sociais da saúde. Ao reconhecer que a intersectorialidade não é apenas um conceito teórico, mas um princípio orientador das políticas públicas, torna-se possível avançar na construção de um modelo de atenção que responda de forma mais efetiva às necessidades da população e que promova a equidade em saúde (Pereira, 2018).

Por fim, a incorporação de novas abordagens à promoção da saúde e à prevenção de doenças deve considerar o papel da inovação e da transformação nas práticas profissionais e nos processos formativos. O desenvolvimento de instrumentos que possibilitem a adaptação das estratégias às especificidades de cada contexto, aliado à capacitação permanente dos trabalhadores da saúde, configura-se como elemento central para a construção de um sistema de saúde mais eficiente e responsivo às demandas da população. A saúde coletiva, nesse sentido, reafirma-se como campo de atuação estratégica, capaz de articular saberes e práticas em prol da construção de sociedades mais justas e saudáveis (Silva; Almeida; Mourão, 2020; Rezende; Bliacheriene, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde coletiva, ao longo deste estudo, revelou-se um campo de extrema relevância para a promoção da equidade em saúde e para a formulação de políticas públicas que considerem os determinantes sociais do processo saúde-doença.

A complexidade dos determinantes sociais da saúde exige um aprofundamento contínuo das abordagens propostas, bem como a realização de novos estudos que explorem de maneira mais detalhada a efetividade das políticas analisadas em diferentes contextos. Além disso, a necessidade de uma formação continuada para os profissionais da saúde surge como um desafio

a ser superado para garantir a implementação bem-sucedida das estratégias discutidas.

Dessa forma, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação sobre o impacto da intersetorialidade na promoção da saúde, bem como sobre os desafios enfrentados pelos profissionais na operacionalização dessas estratégias. O desenvolvimento de novas metodologias que permitam avaliar de forma sistemática a eficácia das ações propostas também se mostra essencial para a evolução do campo da saúde coletiva.

Em síntese, este estudo contribui para o debate sobre a importância de abordagens integradas na saúde coletiva, reforçando a necessidade de políticas públicas que considerem a multiplicidade de fatores que influenciam o bem-estar das populações. A intersetorialidade, quando aplicada de maneira efetiva, revela-se um instrumento essencial para a promoção da equidade e para a construção de sociedades mais saudáveis e justas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. F. Integração de políticas públicas e saúde coletiva: avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 4, e00123421, 2022.

ALVARENGA, F. B. F.; ARANHA, E.; GARCIA, M. S. M. P. A importância da educação em saúde como parâmetro delimitador das determinantes sociais da saúde. **Revista Saúde Pública**, v. 3, p. 448-452, 2019.

CAVALCANTI, P. B.; LUCENA, C. M. F. O uso da promoção da saúde e a intersetorialidade: tentativas históricas de integrar as políticas de saúde e educação. **Revista Polêmica**, v. 16, p. 024-041, 2016.

CID, M. F. B.; GASPARINI, D. Ações de promoção à saúde mental infantojuvenil no contexto escolar: um estudo de revisão. **Revista Psicologia e Saúde Mental**, v. 13, p. 97-114, 2015. DOI: 10.12819/2016.13.1.6.

COELHO, C.; VERDI, M. Políticas e programas de atividade física: uma crítica à luz da promoção da saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 6, p. 096-108, 2015.

GRZELCZAK, M. *et al.* O diabetes sob o aspecto epidemiológico e políticas de promoção de saúde por meio da atividade física. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 2, 2017.

MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

PEREIRA, A. A prática da intersetorialidade como promoção e prevenção de saúde nas escolas: um relato de experiência em São Luís do Maranhão – Brasil. **Revista Educação e Saúde Pública**, p. 206-207, 2018.

REZENDE, N. F.; BLIACHERIENE, A. C. Direito à saúde e políticas públicas de saúde para as smart cities. **Revista Saúde e Cidadania**, v. 11, p. 76-87, 2017.

SAMPAIO, J.; ARAÚJO, J. L. A relevância dos aspectos sócio-culturais para as políticas públicas de prevenção em AIDS. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 6, 2015.

SCHMITZ, C. C. C.; HEINEMANN, I. T. S. B.; DURAND, M. K. A atuação dos profissionais da atenção primária acerca das práticas de promoção e dos determinantes sociais da saúde. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, 2018.

SILVA, V.; ALMEIDA, A. C. V.; MOURÃO, L. C. Produtos do mestrado profissional: instrumentos de mudanças na formação e nas práticas profissionais na promoção e prevenção do tabagismo. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente**, 2020.

STARFIELD, B. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2011.

TAVARES, G. A.; DE JESUS FILHO, M. F.; DE SANTANA, J. P. Intersetorialidade nas políticas públicas de saúde: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, p. 123-139, 2020.